

PUBLICIDADE

Transação tributária e a modernização do Fisco

Ao privilegiar soluções negociadas, o Estado reduz litígios, otimiza recursos públicos e fortalece uma cultura de conformidade

Por Tattiana de Navarro

16/01/2026 05h02 · Atualizado há 2 horas

Presentear matéria

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A transação tributária inaugurou um modelo que reposicionou a relação entre contribuinte e Fisco. A antiga lógica, rígida e centrada apenas na cobrança, vem sendo substituída por um sistema que considera a capacidade real de pagamento, o histórico fiscal e o comportamento do devedor. Ao abandonar a padronização absoluta dos parcelamentos, o Estado passou a oferecer oportunidades de regularização mais coerentes com a situação econômica de cada contribuinte, o que aumenta a transparência, a previsibilidade e a confiança no sistema tributário brasileiro.

Essa mudança representa a superação de um paradigma no país. A cobrança de dívidas que integrem crédito público, tributário e não tributário, antes, dependente quase exclusivamente de execuções fiscais de baixa efetividade, hoje se apoia em acordos personalizados que ajustam prazos, descontos e garantias à realidade financeira do contribuinte, desde a edição da primeira lei que autorizou a negociação em 2020.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Paraguai chama chefes de Estados para assinar acordo Mercosul-UE, e Lula deve ficar de fora

Itaú conversa com Guillen para substituir Mesquita, dizem fontes

Nos últimos cinco anos, a administração trocou cobranças integrais em discussão judicial, que muitas vezes não se concretizam e passou a buscar soluções consensuais capazes de assegurar retorno dos valores mais eficiente aos cofres públicos. A efetividade desses números é comprovada pelos números impressionantes divulgados pela Fazenda. De janeiro a setembro de 2025, foram recuperados R\$ 44,9 bilhões aos cofres públicos, onde metade deste valor foram de negociações realizadas via transação tributária. Apenas no terceiro trimestre foram firmados 329,7 mil acordos da Fazenda com os contribuintes.

O avanço desse modelo é sustentado por tecnologias que ampliam a inteligência da cobrança. Plataformas eletrônicas de adesão, sistemas integrados entre Receita Federal e Fazenda Nacional e ferramentas de análise de risco permitem segmentar devedores por capacidade financeira, comportamento e grau de recuperabilidade dos créditos. A nota da capacidade de pagamento é presumida automaticamente com base em cruzamento de dados fiscais e patrimoniais lançados pelos próprios contribuintes, tornando-se o principal parâmetro para estruturar os descontos nas propostas. Embora possa ser contestada, funciona hoje como referência central para a formatação dos acordos.

O uso intensivo de dados tem gerado efeitos práticos importantes. Contribuintes com histórico regular, dívidas antigas e prova de dificuldade econômica costumam receber condições mais flexíveis, com descontos maiores, redução de entrada e personalização do valor das parcelas de acordo com os prazos legais. Em sentido

Do ponto de vista jurídico, essa lógica decorre da própria Constituição Federal e legislação tributária, que exige critérios objetivos, transparentes e alinhados ao interesse público. Na perspectiva econômica, acordos calibrados à capacidade financeira aumentam a chance de recuperação do crédito e reduzem o risco de inadimplência futura. Quando o cálculo da capacidade de pagamento reflete de forma fidedigna a situação do contribuinte, há ganho de credibilidade não apenas na relação com a União, mas também com instituições financeiras e fornecedores.

É importante ressaltar que essa capacidade de pagamento é presumida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e tem utilidade exclusivamente para calibrar descontos e condições aos contribuintes federais na negociação das dívidas ativas inscritas, quando já ultrapassada a cobrança “amigável” na esfera da Receita Federal. Assim, eventuais divergências sobre o cálculo podem ser alvo de pedido de revisão, conforme previsto na Portaria nº 6.757 de 2022.

O movimento de modernização se espalhou pelas procuradorias estaduais, que vêm adaptando o modelo federal à realidade local. O Amazonas, Distrito Federal, entre outros, já integram esse cenário, com legislação própria e estrutura tecnológica capaz de sustentar negociações mais especializadas. O desafio atual é de consolidação: aperfeiçoar normas, qualificar bases de dados, aprofundar a integração entre sistemas e monitorar resultados para aprimorar continuamente as políticas adotadas. É uma agenda necessária a todos os Estados.

Essa lógica também já alcança outros órgãos do governo onde a consensualidade ganha cada dia mais adesão diante dos números cada vez mais crescentes e assustadores da judicialização no país. A evolução natural não está em criar brechas para inadimplência, mas buscar formas de negociação eficaz, orientada por dados sólidos como padrão para toda a administração pública. Quando critérios unificados e informações integradas passam a reger a gestão dos créditos públicos em todos os níveis, a solução consensual deixa de ser exceção e se torna o caminho prioritário antes da judicialização.

segurança jurídica. Ao privilegiar soluções negociadas, o Estado reduz litígios, otimiza recursos públicos e fortalece uma cultura de conformidade, essencial para a sustentabilidade do sistema tributário.

Tattiana de Navarro é sócia do Oliveira Navarro Advocacia e procuradora de assuntos tributários da OAB-DF

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

 [Mais recente](#)[Próxima](#)

Conheça o Valor One

Acompanhe os mercados com nossas ferramentas [ACESSAR GRATUITAMENTE >](#)

Conteúdo publicitário

Novo Ar gela quarto em 3 minutos e não precisa de instalação

Novo modelo de ar portátil vertical vira febre no Brasil devido a onda de calor estar chegando

Ar Condicionado Vertical | Patrocinado

[Leia mais](#)

Manter a massa muscular após os 60 anos depende deste hábito noturno

Dr. das celebridades revela rotina noturna que faz se sentir mais forte aos 60 anos do que aos 30, descobertas inovadoras expostas em vídeo revelador que viralizou

Músculos após os 50 | Patrocinado

[Saiba Mais](#)

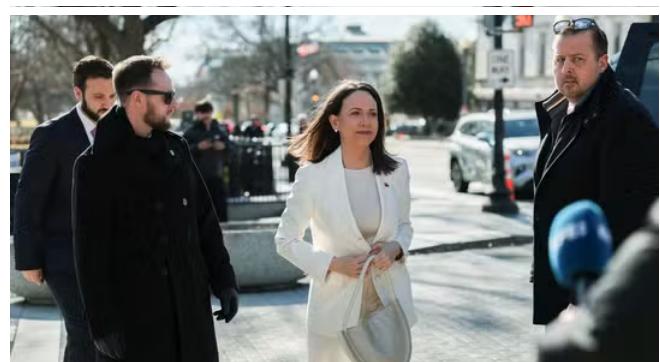
O valor da sua casa é público (dê uma olhada!)

Brasileiros estão preferindo esse novo modelo de Ar Portátil que custa R\$397,90

O novo Ar Portátil já é o mais vendido do ano, não precisa de instalação e esfria o ambiente em até 3 minutos...

[Ar Condicionado Vertical | Patrocinado](#)

Mais do Valor Econômico



Noruega fica perplexa com entrega da medalha de Nobel a Trump

Presidente americano afirma merecer o prêmio da paz por ter inúmeras guerras resolvidas durante seu 2º mandato

16/01/2026, 14:40 — Em Mundo



Torre; dólar sobe e Ibovespa recua

Investidores põem em xeque corte da Selic em março; nos EUA, Trump afasta chance de Hassett no comando do Fed e mercado reage

16/01/2026, 14:38 — Em Finanças



Comprimido Wegovy, da Novo, tem início 'encorajador' na corrida por medicamentos para perda de peso

Agência Food and Drug Administration (FDA), dos EUA, deve tomar uma decisão sobre o comprimido da concorrente Lilly até abril

16/01/2026, 14:37 — Em Empresas



Afinal, por que Trump quer a Groenlândia?

Interesse estratégico no Ártico, disputa com Rússia e China e acesso a minerais críticos explicam ofensiva americana sobre território dinamarquês

16/01/2026, 14:36 — Em Mundo



Após recordes, bolsas na Europa caem com peso de mineradoras

No acumulado da semana, por outro lado, maioria dos principais índices fecharam no positivo, pela quinta vez consecutiva, marcando a maior sequência de ganhos desde maio de 2025

16/01/2026, 14:33 — Em Finanças



core business para liderar setor de saúde

Health Tech atende 40 indústrias no país e 58 mil farmácias com descontos em medicamentos e coleta de dados de pacientes

16/01/2026, 14:24 — Em Média É Mais



Setores do TCU estão sob pressão para atrapalhar liquidação do Master no BC, afirma Renan Calheiros

Senador criou comissão especial para acompanhar investigações sobre processo envolvendo o banco

16/01/2026, 14:18 — Em Política



Toffoli reduz prazo para depoimentos do caso Master e PF tenta entender decisão

Segundo o ministro, a mudança ocorre em razão das limitações de pessoal e disponibilidade de salas do STF

16/01/2026, 14:06 — Em Finanças

[VEJA MAIS](#)

Menu



EDIÇÕES | GLOBO CONDÉ NAST



Valor

Edição impressa

Valor PRO

Valor RI

Valor International

Revistas e Anuários

Seminários

Valor 360

Pipeline

Valor Investe

Valor One

Valor Pro

O Globo

Extra

CBN

Autoesporte

BHFM

Casa e Jardim

Casa Vogue

Crescer

Época Negócios

Galileu

Monet

Quem

PEGN

Menu



GQ

Um Só Planeta

Marie Claire

Vida de Bicho

Vogue

QUEM SOMOS

FALE CONOSCO

TERMOS E CONDIÇÕES

TRABALHE CONOSCO

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

PRINCÍPIOS EDITORIAIS

ANUNCIE

MINHA EDITORA
